

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O pensamento linguístico de Antenor Nascentes (1886-1972) e a glotofobia luso-brasileira: uma análise historiográfica

Leonardo Ferreira Kaltner

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15107>

Submetido em: 2026-02-13

Postado em: 2026-04-20 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Versão com alterações propostas pelos pareceristas da Revista Cad_Lin

The Linguistic Thought of Antenor Nascentes (1886–1972) and the Luso-Brazilian glottophobia: an historiographic analysis

O pensamento linguístico de Antenor Nascentes (1886-1972) e a glotofobia luso-brasileira: uma análise historiográfica

Leonardo Ferreira Kaltner

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

ABSTRACT

This article examines the linguistic thought of Antenor Nascentes (1886–1972) through his work *O linguajar carioca* (2023 [1922]), aiming to understand, from a historiographic perspective, the constitution and perception of glottophobia in the Luso-Brazilian context. Grounded in Linguistic Historiography, the study proposes an interpretive analysis of Nascentes' treatment of Portuguese language varieties, particularly regarding the relationship between the so-called "Brazilian dialect" and European Portuguese. Methodologically, it adopts a qualitative and inductive approach based on the analysis of a documentary source, integrating concepts from Romance Philology, dialectology, and language policy studies. The results show that Nascentes' thought, although shaped by ethnological, evolutionist, and nationalist assumptions typical of the early twentieth century, records linguistic tensions associated with migration processes and the hierarchical organization of Portuguese varieties. His interpretation of the "Brazilian dialect" oscillates between subordination to the European model and the assertion of linguistic autonomy linked to the formation of a national language. The analysis demonstrates that such tensions constitute historical manifestations of linguistic discrimination, making it possible to identify continuities between the 1920s and contemporary situations of glottophobia in Brazil–Portugal relations. It is concluded that a historiographic approach contributes to a critical understanding of this phenomenon by highlighting its historical recurrence, its connection to broader social and political processes, and its role in the construction of linguistic ideologies in the Luso-Brazilian space.

Keywords: Glottophobia, Historical Linguistics, Brazilian Language.

RESUMO

Este artigo investiga o pensamento linguístico de Antenor Nascentes (1886–1972) a partir de sua obra *O linguajar carioca* (2023 [1922]), com o objetivo de compreender, em perspectiva historiográfica, a constituição e a percepção da glotofobia no contexto luso-brasileiro. Fundamentado na Historiografia Linguística, o estudo propõe uma análise interpretativa do tratamento dado por Nascentes às variedades do português, especialmente no que se refere

à relação entre o chamado “dialeto brasileiro” e o português europeu. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e indutiva, baseada na leitura de fonte documental, articulando conceitos da Filologia Românica, da dialetologia e das políticas linguísticas. Os resultados indicam que o pensamento de Nascentes, embora marcado por pressupostos etnológicos, evolucionistas e nacionalistas característicos do início do século XX, registra tensões linguísticas associadas a processos migratórios e à hierarquização das variedades do português. Observa-se que sua interpretação do “dialeto brasileiro” oscila entre a subordinação ao modelo europeu e a afirmação de uma autonomia linguística vinculada à formação de uma língua nacional. A análise evidencia que tais tensões configuram manifestações históricas de discriminação linguística, permitindo identificar continuidades entre o cenário da década de 1920 e situações contemporâneas de glotofobia nas relações entre Brasil e Portugal. Conclui-se que a abordagem historiográfica contribui para a compreensão crítica desse fenômeno, ao evidenciar sua recorrência histórica, sua vinculação a processos sociais e políticos mais amplos e seu papel na construção de ideologias linguísticas no espaço luso-brasileiro.

Palavras-chave:

Glotofobia, Linguística Histórica, Língua Brasileira.

Declaração de contribuição dos autores

Autoria única.

Declaração de conflito de interesse

O autor declara que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Resumo para Não Especialistas

Zuca em Portugal, gringo no Rio de Janeiro, quais as fronteiras da discriminação pela fala?

O artigo trata de um tema do nosso cotidiano: pessoas que são discriminadas pela forma como falam, principalmente quando estão fora de seu país, ou território de origem. A importância desse estudo está em compreender como brasileiros sofrem discriminação a pretexto linguístico, a glotofobia em Portugal, além do racismo e da xenofobia. São em grande parte brasileiros que vivem como imigrantes, trabalhadores e estudantes. Para compreender

isso, refletimos sobre outra migração mais antiga, quase centenária, a migração massiva de portugueses ao Brasil, que ocorreu entre 1901 e 1930. Esses imigrantes também foram discriminados pelo seu modo de falar e de ser, ainda que tivessem um amparo pelo ideal de “embranquecimento” do Brasil. Assim, para compreender a dinâmica dessa discriminação de mão-dupla, fazemos a leitura de um texto escrito em 1922, o *Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes, um renomado filólogo do Rio de Janeiro à época. A reflexão é simples: em Portugal, brasileiros discriminados no século XXI, no Brasil, portugueses também discriminados, no século XX. Será que aceitamos as línguas portuguesas que falamos? Aceitamos uns aos outros?

Introdução: o contexto luso-brasileiro entre migrações e diásporas

Este artigo remonta a reflexões introdutórias iniciadas na comunicação intitulada *Da Língua Brasília à Língua Brasileira, uma língua românica em construção? Um debate sobre glotofobia e preconceito linguístico na perspectiva da Linguística Histórica*, apresentada na sessão Literatura e Representações no evento *Abralin em cena 18 – Linguagens, Raça, Gênero e interseccionalidade em luta por direitos*, que ocorreu no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), em 2025, sob a organização da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). As reflexões aqui desenvolvidas vinculam-se, de modo geral, ao projeto *Estudos anchietaanos no século XXI e a Década Internacional das Línguas Indígenas (UNESCO, 2022-2032): interfaces entre a política e a historiografia linguística*, desenvolvido no contexto do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, sob financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através da bolsa Cientista Nosso Estado (CNE). Nosso intuito com o texto é abrir as reflexões sobre o tema da glotofobia, a discriminação a pretexto linguístico (Blanchet, 2016), em perspectiva historiográfica, e mesmo testar como hipótese de trabalho a interdisciplinaridade entre esse tema das Políticas Linguísticas (Calvet, 2007; Blanchet, 2016; Lagares, 2018; Lagares, Bagno, 2011) com a fundamentação teórico-metodológica da Historiografia Linguística (Batista, 2019; Koerner, 2014; Swiggers, 2010; 2019). O conceito de glotofobia é empregado no sentido teorizado pelo sociolinguista Phillipe Blanchet: “para designar discriminação, desprezo, ódio, agressão ou depreciação de pessoas pelo uso de certas formas linguísticas consideradas incorretas, inferiores à língua oficial ou padrão, aquela que recebe prestígio social” (Baptistone, 2021, p. 13).

Como objeto de discussões, que emergiu no contexto do evento supracitado, trazemos para o debate linguístico contemporâneo a questão das migrações (diásporas) luso-brasileiras e da discriminação a pretexto linguístico e racial neste contexto. Essa discussão toma lugar no contexto histórico e social luso-brasileiro em dois momentos diversos: a recente migração de brasileiros para Portugal, entre 2019 e 2023, no século XXI, e a centenária diáspora de portugueses no Brasil, entre 1901 e 1930, no século XX, a que objetivamos contrastar sob um denominador temático comum: a percepção das variedades linguísticas na relação entre português (europeu) e “brasileiro” (português do Brasil), ora considerados como uma só língua, ora como línguas distintas. Como este universo de percepções de alteridade e interações sociais e históricas é composto por diversos documentos e registros, a nossa argumentação aqui será indutiva, partindo de uma fonte documental e historiográfica: a obra *O linguajar carioca* (2023 [1922]), de Antenor Nascentes (1886-1972). Este artigo é um estudo introdutório sobre o tema, que não objetiva ser conclusivo, mas tenta integrar as discussões

sobre a glotofobia no contexto de pesquisas em Historiografia Linguística. Logo, a investigação aqui apresentada é um estudo com resultados parciais, e busca apresentar uma possibilidade interpretativa para os dados apresentados, não tendo um caráter conclusivo em sua discussão.

As migrações, as diásporas e os deslocamentos massivos de povos sobre territórios fazem com que comunidades linguísticas diversas entrem em interação com suas línguas em uso, levando agentes sociais diversos a reinterpretar os limites das “fronteiras linguísticas” (Calvet, 2007). Logo, analisar o tema da glotofobia historicamente é um desafio, mas acreditamos que esse tema é necessário de ser abordado também pela teoria historiográfica, a fim de diversificar o repertório de análise de fenômenos relativos à história do pensamento linguístico no Brasil. Quanto ao tema das migrações e diásporas luso-brasileiras, em perspectiva histórica e social, se, por um lado, há uma receptividade inicial que é idealizada no senso-comum de uma língua portuguesa franca, comum a ambos os estratos sociais, o ideal de uma “lusofonia” (Faraco, 2016) por vínculos de parentesco entre línguas, por outro lado, o cotidiano muitas vezes revela que a diversidade linguística é recebida com indiferença e mesmo com discriminação, seja pelo sotaque, por modos de falar, o que caracteriza a glotofobia, seja antes mesmo por racismo e discriminação social propriamente ditos, sobretudo na migração de brasileiros em Portugal. Uma hipótese de análise é de que os movimentos migratórios fazem com que comunidades linguísticas percebam as variedades de sua língua em uso no cotidiano, e que a tentativa de assimilação dos imigrantes leve ao cenário da glotofobia, o que marca os movimentos migratórios recorrentes no contexto luso-brasileiro. Para compreender se esse fenômeno é um fato histórico, podemos analisar o pensamento linguístico de autores que escreveram sobre as variedades da língua portuguesa em momentos diversos de migrações massivas no contexto luso-brasileiro.

Há o registro de uma série de fatos discriminatórios sofridos pela comunidade de brasileiros em Portugal, atualmente e nos últimos anos, uma onda de xenofobia, que afeta todo o continente europeu (Ribeiro *et al.*, 2021). Essa onda de migrações é a última diáspora luso-brasileira que ocorreu recentemente. Entre 2019 e 2023, o número de brasileiros em Portugal passou de 151.304 a 513.000, o que marca uma diáspora brasileira no território europeu (Ministério de Relações Exteriores do Brasil, 2024, p. 5). Um dos impactos dessa migração se dá também no incremento do registro de casos de xenofobia e de racismo, entre os quais se situa também a glotofobia, a discriminação linguística e racial pela forma como os brasileiros falam, que é registrada, constantemente, em diversos casos na imprensa e nas redes sociais (Ribeiro *et al.*, 2021).

O tema é tratado por jornalistas e sociólogos, mas também é objeto de estudos da Sociolinguística e, como propomos, da Historiografia Linguística, quando contrastamos com outros contextos históricos. Em uma notícia recentemente publicada no *Jornal Expresso*, em Portugal, no dia 18 de junho de 2025, a matéria intitulada “*Eu falo português, você fala brasileiro*”: uma língua com múltiplas variedades, falada por milhões, ainda motiva discriminação, de autoria da jornalista Alda Rocha, evidencia a situação de glotofobia em Portugal, em relação a brasileiros, sobretudo no sistema educacional. Ao comentar a situação da glotofobia, a discriminação a pretexto linguístico em Portugal, reafirma o pluricentrismo da(s) língua(s) portuguesa(s) (Evaristo, 2023), que é o ideal também defendido por linguistas tanto no Brasil quanto em Portugal: “Língua nativa de 260 milhões de pessoas, ensinada em mais de 80 países e 400 universidades, é considerada uma língua global. Tem apenas duas variedades oficiais, o português do Brasil e o português de Portugal” (Rocha, 2025). Todavia,

essa perspectiva teórica pluralista não encontra sempre ecos no cotidiano, inclusive nas situações de fala em que não há um monitoramento, e muitas vezes o sentimento nacionalista ganha contornos racistas e glotofóbicos na relação com brasileiros.

Essa questão pode ser trazida para um debate histórico contrastivo, levando-se em consideração que há cerca de um século, entre 1901 e 1930, o número de imigrantes portugueses registrados no Brasil foi de 754.147 (Levy, 1974), um número bem elevado, o que marcou um período de diáspora europeia no território brasileiro também. Como não havia o registro da discriminação a pretexto linguístico nesse mesmo período histórico, não podemos saber diretamente como foi percebido o processo de variação linguística do Português europeu em relação ao Português brasileiro nesse contexto, nem como as formas de variedades linguísticas eram tratadas (Bagno, 2007). Porém, a partir de obras escritas por filólogos brasileiros contextualizados nas primeiras décadas do século XX, podemos compreender, contemporaneamente, como foi a percepção das diferenças e da diversidade linguística, por um determinado setor da sociedade (intelectuais dedicados ao estudo da linguagem), nesse novo encontro entre o migrante europeu e os povos que habitavam o território do Brasil. Ainda que houvesse na migração europeia o ideal de um “embranquecimento” do Brasil, a xenofobia e a glotofobia poderiam se fazer também presentes, com nuances diversas daquela que é sofrida por brasileiros em Portugal atualmente, isto é, uma glotofobia ocorrida sem a carga discriminatória racial.

Como o método histórico-comparativo era então o modelo teórico e científico preponderante (Cavaliere, 2022) na tradição de pensamento linguístico ocidental europeu, a questão do processo de variação linguística era tratada no âmbito da “dialetologia”, vinculada aos estudos de Filologia Românica (*Romanistik*), o que apresenta uma recepção na obra de Nascentes (2023 [1922]). Esses estudos foram iniciados nas reflexões sobre as línguas românicas pelo filólogo alemão Friedrich Diez (1794-1876), na publicação da sua obra *Grammatik der romanischen Sprachen* (Gramática das línguas românicas), continuados por Meyer-Lübcke (1861-1936), também alemão, autor de outra *Grammatik der romanischen Sprachen* (Gramática das línguas românicas), então um dos filólogos mais respeitados pela intelectualidade europeia (Bagno, 2023). No contexto de produção científica de língua portuguesa, houve a recepção do pensamento linguístico dos filólogos alemães por um círculo de filólogos portugueses e brasileiros, como Leite de Vasconcelos, autor de *O Dialecto Mirandez* (1882), *Estudos de Philologia Mirandesa* (1900 e 1901; dois volumes) e *Lições de Philologia Portuguesa* (1911), sendo a última uma obra com grande circulação no Brasil, à época de Nascentes.

Leite de Vasconcelos foi um dos mais notórios e prestigiados filólogos de língua portuguesa nos séculos XIX e XX, tanto no contexto europeu quanto no contexto de recepção no Brasil. Todavia, a sua obra pode ser considerada um texto voltado à língua portuguesa em Portugal e à Filologia Românica derivada do pensamento linguístico de Meyer-Lübcke, o que fez com que Nascentes precise adaptar a sua perspectiva de análise para o contexto do Brasil, buscando deslocar o centro da língua portuguesa da Europa para as Américas. Nessa adaptação, Nascentes vê como um fenômeno observável da dialetologia a fala dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, sendo essa diferença uma forma de atestar a mudança linguística na perspectiva do método histórico-comparativo. Nessa discussão, a oposição entre língua e dialeto se torna uma questão central, para uma adequação da teoria da Filologia Românica aos estudos de português no Brasil, afinal: como considerar um dialeto a língua falada pela maioria da população brasileira? É contra essa perspectiva, que hierarquiza

de modo subalterno a fala dos brasileiros, que Nascentes tenta debater com os recursos da dialetologia de sua época, uma discussão ainda vigente no contexto de debate sobre as línguas minorizadas (Lagares, 2011).

Para Nascentes, aderir às teses dos filólogos europeus era um procedimento comum à intelectualidade brasileira de sua época e contexto. Não havia o interesse do desenvolvimento de uma teoria autônoma, mas antes uma adaptação do que era derivado da produção dos grandes centros econômicos e intelectuais, aderindo às teses de Meyer-Lübcke, que dizia que as línguas românicas, que eram derivadas de dialetos do latim vulgar eram: o Romeno, o Dálmata (atualmente extinto), o Rético (ou reto-romano), o Italiano, o Sardo, o Provençal, o Francês, o Espanhol e o Português. Quaisquer línguas ditas românicas distintas a essas eram dialetos. Em *O Linguajar Carioca* (Nascentes, 2023 [1922]), o filólogo trata a língua falada no Brasil como um dialeto da língua falada em Portugal, algo que, por si só, já hierarquiza as línguas em uso e, conseqüentemente, as suas sociedades e povos. Porém, a fim de reagir contra essa assimetria, propõe reflexões sobre a fala dos imigrantes portugueses recém-chegados ao Brasil, tendo buscado reverter esse quadro por uma leitura da relação entre as línguas de Portugal e do Brasil sob uma retórica nacionalista. Aqui compreendemos retórica, de acordo com a concepção teórica de Ronaldo Batista (2019), uma retórica que visava à promoção de um certo posicionamento quanto aos fatos da língua. Nascentes (2023 [1922]) emprega o termo generalista “dialeto brasileiro” em seu texto. Como não havia um consenso na própria obra de Nascentes do que seria um “dialeto brasileiro”, o autor desenvolveu uma tentativa de descrição das variantes linguísticas dialetais do Rio de Janeiro, o “linguajar carioca”, um “subdialeto”, como foi chamado pelo filólogo carioca, que apresentava formas de variedade do Português do Brasil. Nascentes considerou esse subdialeto em uma mesma posição de prestígio no Brasil que possuía a variedade de Lisboa no português europeu, tornando-o o padrão.

A centenária obra de Nascentes, do início do século XX, apresenta como método uma descrição empírica do contraste entre a fala de possíveis imigrantes portugueses e o “linguajar” carioca, em um contexto social que recebia muitos imigrantes, o Rio de Janeiro, por ser ainda a capital do Brasil na primeira República (1889-1930). A obra demonstra uma tentativa de se interpretar, por esse contraste, o “dialeto brasileiro” e o “subdialeto carioca” surgidos em oposição à suposta fala dos imigrantes de Portugal, em um processo que ocorre pela aplicação e adaptação do estudo dialetal do método histórico-comparativo, tendo Leite de Vasconcelos como principal referência. Nascentes considera a fala de Lisboa como ponto de partida, mas cita em sua obra também a diversidade linguística e as variações da língua portuguesa em Portugal, que foram analisadas por Vasconcelos, em suas obras que descrevem as variações dialetais históricas ao longo do território português. Sendo essa a principal fonte de Nascentes para estender o estudo dialetal do contexto de Portugal para o Brasil, e mais especificamente para o Rio de Janeiro, é natural que a perspectiva de Nascentes parta dos mesmos princípios teóricos aplicados à realidade contextual vislumbrada no Brasil, situando o Rio de Janeiro como centro hegemônico e político. O capítulo de fonologia histórica da obra de Antenor Nascentes é o mais profícuo em exemplos para distinguir as falas dos imigrantes em contraste com o “linguajar” carioca, então em uso no Rio de Janeiro, o que debatemos a seguir, nas duas próximas seções do artigo.

1. O dialeto brasileiro: o pensamento linguístico de Antenor Nascentes

O dialeto brasileiro é um conceito teórico que é invocado em diversos momentos por Nascentes, e inclusive é o título do primeiro capítulo da obra. O conceito já circulava no Brasil desde o século XIX, graças a Francisco Adolpho Coelho (1847-1919) (Cavaliere, 2022). Vejamos a primeira definição apresentada por Nascentes:

O dialeto brasileiro. É fato por demais sabido que mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão, as línguas tendem a alterar-se. Maiores alterações sofrem, ainda, quando são transplantadas de uma região para outra. Assim, o latim se transformou nas atuais línguas românicas e estas, por sua vez, nas colônias muito vieram a diferir do falar das metrópoles: haja-se em vista o francês do Canadá e o espanhol da América. Outro tanto aconteceu ao português implantado em nosso país (Nascentes, 2023 [1922], p. 12).

Nascentes adere à tese cientificista de Whitney (1880) da “lei do menor esforço” e à tese gramatical da “necessidade de clareza de expressão” para explicar as causas da mudança linguística, que ocorrem dentro de um território, o que não apresenta inovações teóricas, mas ao se referir ao transplante de uma região territorial para outra, então adequa a teoria original da Filologia Românica para descrever antigas regiões de colonização, o que costuma ser teorizado como a “*Romania nova*” (Bassetto, 2013). Como analogia para validar o dialeto brasileiro, Nascentes cita o francês do Canadá e o espanhol da América, considerados também nesse modelo teórico dialetos.

O espaço territorial comum, tema da geografia linguística, e a “lei do menor esforço” eram considerados os elementos fundamentais da hipótese determinante para a análise dos fatos relativos à mudança linguística. Essa hipótese era generalizada pelo princípio da universalidade das leis científicas, que permitiram a predominância de uma dialetologia científica, mas insensível às assimetrias políticas entre os povos e as sociedades envolvidas. Essa descrição do transplante do português ao Brasil foi empregada para descrever o contexto linguístico do Rio de Janeiro em oposição a Portugal, dentro do âmbito da Filologia Românica. Nascentes descreve esse fato linguístico com a percepção de que a língua portuguesa foi transplantada de uma região para outra, isto é, desterritorializada e reterritorializada, sendo transmitida entre povos diversos. Como analogia, emprega o caso do latim, arquetípico no campo da Filologia Românica, como a célula-mater que se desmembrou e se ramificou nas atuais línguas românicas e em seus dialetos. As línguas românicas, por sua vez, foram implantadas nas diversas regiões colonizadas, formando novos estados de língua, como o francês do Canadá, o espanhol da América, e conseqüentemente, o português do Brasil, que não é citado diretamente por Nascentes, mas subentendido.

Em sua tentativa de compreender o fato linguístico da diferenciação entre as línguas portuguesas de Portugal e do Brasil, Nascentes toma por referência o processo histórico de colonização, o que o leva a refletir sobre o início do antigo regime de capitanias hereditárias em 1534, que distava mais de quatro séculos de sua obra filológica:

As principais causas destas alterações são de ordem etnológica e de ordem mesológica; só um apurado estudo pode fixá-las de modo preciso. Apesar de descoberto em 1500, o Brasil só começou propriamente a ser colonizado em 1534, com o regime das capitanias hereditárias; pode se dizer que daí data a introdução da língua portuguesa. Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de se alterar graças às causas que apontamos acima, mas a língua portuguesa no Brasil sofreu

grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional. O índio foi o primeiro a aprender português; é natural, pois foi o povo autóctone (Nascentes, 2023 [1922], p. 12).

O curioso é que duas categorias de causa são atribuídas às alterações sofridas pela língua portuguesa em sua implantação no Brasil: uma de “ordem etnológica” e outra de “ordem mesológica”. A ordem etnológica está vinculada à formação dos povos, enquanto a ordem mesológica está vinculada ao território, considerados como condicionantes para a formação de uma dada língua. Nesse sentido, a hermenêutica empregada por Nascentes para compreender o profundo processo de variação linguística, social e histórica ocorrida na diferenciação do Português entre brasileiros e portugueses parte de uma epistemologia que vincula a língua a uma determinada etnia e a um determinado território, uma concepção glotofóbica e nacionalista, e mesmo racista em termos contemporâneos, sobretudo quando confrontada com o pluricentrismo linguístico. A concepção de que uma determinada língua é produto étnico e territorial é o tipo de pensamento que promove a discriminação de brasileiros em Portugal atualmente, uma visão que foi propagada no século XIX, mas ainda se dissemina no ideário linguístico popular atualmente.

A “ordem etnológica” citada por Nascentes, de certo modo, além de uma forma de classificação sobre os povos, compreendidos como grupos humanos referenciados por suas culturas, parte de um olhar exógeno colonial e assimétrico, sendo que a principal característica da colonização era a hierarquização desses povos, e conseqüentemente de suas línguas. Essa suposta ordem etnológica caracteriza-se como um sistema de saber e de poder (Foucault, 1979), baseada em estereótipos, que são reafirmados com uma função colonialista contínua. Por sua vez, a segunda ordem, a “ordem mesológica”, é estabelecida pela relação territorial, uma interação entre a cultura e a natureza, ou mais especificamente, uma relação entre sujeito e objeto. Na perspectiva de Nascentes, a mudança de território da Europa ao Brasil mudou profundamente a língua por questões de influência da ordem territorial também, tendo formado o dialeto brasileiro a partir da implantação da língua portuguesa no Brasil como uma língua inicialmente indígena: “O índio foi o primeiro a aprender português; é natural, pois foi o povo autóctone” (Nascentes, 2023 [1922], p. 12).

Cumprido salientar que no contexto do centenário da Independência, em 1922, o imaginário do período colonial estava presente como uma temática recorrente, que era discutida pela intelectualidade do Brasil. Esse clima intelectual de releitura das fontes coloniais foi acrescido por um outro fato político e social: a recente diáspora migratória portuguesa no Brasil do século XX, o que tornou o cenário mais complexo, sobretudo para se compreender o papel do imigrante no imaginário social desse contexto. Esse ideário de se repensar o passado colonial com a recente chegada de imigrantes vindos de Portugal levou a uma percepção contraditória do papel do imigrante recém-chegado ao Brasil, com uma busca da valorização social da figura do imigrante europeu, que também era um sujeito passível de discriminação a pretexto linguístico ao mesmo tempo. A suposta “ordem etnológica”, também percebida como uma hierarquização social de cunho racista, afetava as relações entre os imigrantes e os povos já estabelecidos no Brasil, afinal o imigrante europeu era visto positivamente como um elemento de “embranquecimento” da população, por parcela da intelectualidade brasileira. A percepção de uma diferença também nas formas de falar acentuava essa relação já conflituosa, marcada provavelmente por uma glotofobia justificada historicamente: “homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional” (Nascentes, 2023 [1922], p. 12). Houve, então, uma projeção da figura do imigrante português

do século XX na figura do colonizador do século XVI, um choque cultural, algo notado principalmente pela fala dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro.

Além mesmo do indígena, outro fator de “ordem etnográfica” para Nascentes é o “negro”, pejorativamente vinculado ao passado escravocrata colonial, em uma descrição nitidamente de contornos racistas comum ao discurso e à narrativa historiográfica da época, pautada ainda pelo “racismo científico” (Santos; Silva, 2018):

Só mais tarde aparece um outro fator etnográfico, o negro. “No Brasil, o escravo negro foi introduzido ao tempo dos primeiros estabelecimentos. A escravidão vermelha precedeu de certo a negra, e daquela já se fala em 1531, quando Martim Affonso concedeu a Pedro de Góes permissão de levar para a Europa dezessete escravos índios, mas desde cedo na Capitania de São Vicente são escravos negros que trabalham na agricultura da cana. Deve datar pelo menos do ano de 1532”. (João Ribeiro – história do Brasil). Como se vê, é praticamente simultânea a aprendizagem do português pelo índio e pelo negro (Nascentes, 2023 [1922], p. 13).

Nascentes cita João Ribeiro, e a sua *História do Brasil*, para descrever a diáspora africana de negros escravizados no Brasil, um processo colonialista que data do mesmo período histórico da instalação das capitanias hereditárias no território. A escravização de indígenas e de africanos, nessa perspectiva, é o contexto de “aprendizagem do português”, na descrição de Nascentes, o que causou uma mudança na língua, pelo fato de que impuseram uma nova “ordem etnológica” ao português no Brasil. Nesse sentido, Nascentes vincula o processo de variação linguística que criou o “dialeto brasileiro” a essa nova ordem etnológica.

Essa percepção de que a língua portuguesa é uma língua etnicamente vinculada aos portugueses, enquanto o dialeto brasileiro é uma língua indígena e negra, faz parte do ideário linguístico de Nascentes e é a base de sua adaptação da teoria da Filologia Românica para a formação da língua no Brasil. Essa é uma perspectiva racializada da língua e de suas variedades, que representa também o clima de opinião de sua época, pautada em uma hierarquização social extremamente rígida e pautada na desigualdade social. Porém, esse foi um período histórico em que uma massiva imigração portuguesa chegava ao Brasil, sobretudo ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal e capital republicana, o que torna o cenário mais complexo e justifica Nascentes comparar a figura do imigrante com a do colonizador, tendo como ponto de intersecção o uso da língua portuguesa, e não do dialeto brasileiro.

Nascentes descreve em sua obra o surgimento do que rotula em sua terminologia como “variante Brasileira” do português, de acordo com os conceitos teóricos da dialetologia de sua época, o que podemos registrar, por adequação teórica atualmente, como um estudo sociolinguístico histórico sobre a origem das formas de variedade do Português brasileiro:

Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir a variante Brasileira. O afastamento da metrópole, a Independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil final. “A língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos”. Submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo

desprezível e servilmente colonial, como diz o sr. Rupert Hughes relativamente ao falar norteamericano. Certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sem que por isso falemos errado, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos porque marchou no Brasil a língua portuguesa (Nascentes, 2023 [1922], p. 13).

Na narrativa desenvolvida por Nascentes, há um salto de meados do século XVI para o período da Independência, no século XIX, período que distava cerca de um século da sua obra sobre o “linguajar carioca”. Nesse ponto, a interpretação do filólogo carioca apresenta uma visão de que a constituição da “variante Brasileira” se deu, continuamente, desde meados do século XVI, reafirmando que o português, como era falado em Portugal, nunca foi a língua falada de modo predominante no Brasil, mesmo entre “descendentes puros e mestiçados”. Os termos racializados “puros” e “mestiçados”, que possuem um valor pejorativo e racista contemporaneamente, foram empregados por Nascentes para justamente afirmar que no Brasil a “ordem etnológica” se desfez, pois, a mesma língua, o “dialeto brasileiro”, era falada por todos, independentemente de seu pertencimento a uma determinada “ordem etnológica”. Como comparação, o inglês americano é citado, assim como o fato de que a gramática portuguesa perdeu sua “aplicação” no Brasil.

A percepção do filólogo é de que o “dialeto brasileiro” não é uma forma errada de falar, não necessita de correção gramatical vinda de Portugal, uma percepção bem realista e contemporânea, que serve como crítica à glotofobia sofrida por brasileiros em Portugal nos dias de hoje. Segundo o pensamento de Nascentes, os primeiros falantes e constituintes da “variante Brasileira” formavam uma comunidade linguística bem heterogênea, mas unidos pelo “dialeto brasileiro”: “colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir a variante Brasileira” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). Muitos dos termos empregados nesta narrativa estão em desuso, como vimos, principalmente os termos racistas da “ordem etnológica”: “descendentes puros ou mestiçados”, que possuem contemporaneamente nítida conotação racista e faziam parte do ideário do racismo científico, então vigente. Ao mesmo tempo, Nascentes percebia que não havia uma distinção de ordem etnográfica entre brancos e negros nascidos no Brasil no emprego da variedade Brasileira. Assim, todos brasileiros falavam a mesma língua, diferentemente dos imigrantes portugueses recém-chegados. Essa percepção foi uma de suas inovações como filólogo, pelo fato de que, ao mesmo tempo que emprega os conceitos de “ordem etnográfica”, os nega.

O argumento posterior é bem atual e reflete as reflexões das Políticas Linguísticas no Brasil: “O afastamento da metrópole, a Independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil afinal” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). Nascentes percebe que a autonomia linguística é uma questão política, enquanto há a teorização de um “português do Brasil”, termo ainda corrente. Pode-se inferir que o “dialeto brasileiro” torna-se uma língua, o “português do Brasil”, durante o processo de Independência do território e do povo, em 1822. Essa perspectiva na dialetologia da época de Nascentes antecipa a percepção de um pluricentrismo linguístico, em que passam a existir duas línguas portuguesas oficiais, e não uma só língua, no caso, a de Portugal e a do Brasil. Ambas as línguas são igualmente validadas pelo filólogo carioca, sendo que o “português do Brasil” é uma variedade que surgiu desde meados do século XVI, como “dialeto brasileiro”, mas se tornou autônoma na Independência em 1822. O português do Brasil surgiu, portanto, da autonomia política do território. Essa realidade que Nascentes apresenta, da existência de mais de uma língua

portuguesa, é muito próxima da visão defendida pela jornalista Alda Rocha (2025), uma percepção idealista, que entra em choque com o imaginário popular nos contextos de imigração, em que brasileiros são corrigidos em sua fala em Portugal.

No desenvolvimento de sua argumentação, Nascentes cita João Ribeiro novamente: “A língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). O argumento segue uma gradação de que a “variante Brasileira”, de meados do século XVI, se torna o “português do Brasil”, em 1822, até se converter na “língua nacional” do Brasil da primeira República, em que vive Nascentes, em 1922, quando sua obra é publicada. O conceito de língua nacional, muito comum à época, ocorria no centenário da Independência, também considerado o centenário da língua portuguesa do Brasil na perspectiva de Nascentes, um *Zeitgeist* (Koerner, 2014) que reafirmava o espírito do nacionalismo tão comum nas primeiras décadas do século XX.

Essa afirmação de uma “língua nacional” é corroborada por outro argumento de autoridade, que faz analogia entre o contexto do Brasil e o norte-americano: “Submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial, como diz o sr. Rupert Hughes relativamente ao falar norte-americano” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). Nascentes adota os conceitos de “falar diferente” do português do Brasil em contraste com as “formas portuguesas” dos imigrantes, ao comentar o “absurdo desprezível” e “servilmente colonial” que seria submeter a língua nacional à influência estrangeira, nesse caso portuguesa. Essa argumentação mostra os indícios de uma possível xenofobia com os imigrantes portugueses que chegaram ao território do Brasil nesse período histórico, ainda que afirme uma língua nacional sem uma ordem etnográfica no Brasil. Já a analogia com o contexto norte-americano, pela referência ao “sr. Rupert Hughes” demonstra uma aproximação política com o movimento político panamericano, em um afastamento dialético com o contexto europeu. Nascentes marca, assim, sua posição teórico-ideológica.

O filólogo carioca, em seguida, afirma que: “Certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sem que por isso falemos errado” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13), propondo uma reforma da gramática portuguesa para a sua aplicação no Brasil. Esse argumento, extremamente atual, nos parece à primeira vista saído de um texto sociolinguístico, que reflete uma repulsa à hipercorreção gramatical pelas “leis da gramática portuguesa” sobre as formas de falar do Brasil, um pensamento contínuo até os dias de hoje. Como complemento, porém, e em tom ufanista, o filólogo carioca ainda afirma: “pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos porque marchou no Brasil a língua portuguesa” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). A metáfora de uma língua em “marcha” é muito condizente com o ideário político da época de Nascentes, em que movimentos nacionalistas se sucediam e eram comuns as marchas populares, devido à instabilidade política da Primeira República (1889-1930). O Brasil da Primeira República era uma sociedade muito desigual, resultante de uma abolição tardia e sem as devidas políticas de combate à desigualdade social; logo, esse era um contexto político em que ainda se buscava uma coesão social. Os “novos rumos” também são indícios de um suposto cunho de vontade de mudanças, comum ao ideário político da época, que antecedeu ao Estado Novo getulista de 1930, inspirado no salazarismo e no franquismo, mas adaptado à realidade brasileira.

Mais adiante no texto, ao comparar a “língua nacional” com a língua portuguesa de Portugal, o ideário linguístico de Nascentes e a sua argumentação apresentam um aspecto alegórico,

afastando-se da argumentação filológica e da dialetologia, com sucessivas metáforas empregadas retoricamente para descrever a mudança linguística, enaltecendo a variedade brasileira como “evolução” do Português, uma língua enriquecida nas Américas:

O que se deu pode perfeitamente ser comparado com o processo de multiplicação vegetal conhecido pelo nome de mergulhia: até se criarem raízes, o ramo vergado e mergulhado no solo é sustentado pela seiva do vegetal que sofre a operação, uma vez brotadas raízes que possam haurir seiva para a nova planta, um corte no ramo a separa e ela vai separadamente prosseguir sua evolução. Prossequimos hoje evolução à parte, como a península ibérica prosseguiu a sua depois do desmembramento do império romano. Apesar da constante imigração portuguesa, apesar do constante intercâmbio literário entre Portugal e Brasil, nada pode deter a nossa marcha (Nascentes, 2023 [1922], p. 13).

A adesão às teses do método histórico-comparativo, sobretudo às metáforas com as Ciências Naturais, e a percepção da língua como ser vivo e orgânico, se dá pelo emprego do termo biológico “mergulhia”, que por um ramo de uma planta gera uma “nova planta”, em um diagrama arbóreo, que vai criar “raízes” renovadas. A analogia da península ibérica como um “novo ramo” do império romano é patente, o que busca demonstrar que o processo de implantação da língua portuguesa no Brasil era compreendido por Nascentes como uma retomada tardia do processo de expansão do império romano por Portugal no século XVI. Essa expansão colonial criou um “novo ramo” na América, que era derivado indiretamente do império romano. Essa percepção de continuidades em processos históricos tão distantes no tempo é uma visão tradicionalista, e mesmo triunfalista sobre a colonização do Brasil como um ato grandioso.

Curioso é que essa percepção que enaltece a colonização do Brasil como um “império romano” tardio, ou uma “*Romania nova*”, em termos filológicos (Bassetto, 2013), reafirma as assimetrias que o próprio Nascentes buscava combater ao negar a ordem etnológica entre a língua portuguesa e o português do Brasil, a língua nacional. Essa aparente contradição surge na aplicação do conceito de “evolução”, que inverte a assimetria nas relações luso-brasileiras, em que o Brasil, nessa perspectiva, seria uma evolução de Portugal, o que justificaria uma migração portuguesa tão intensa na época de Nascentes. A vinda do imigrante seria uma comprovação dessa evolução, o que denota um certo tom xenofóbico ao tratar o imigrante como um indivíduo involuído. Um processo semelhante ocorre com os brasileiros em Portugal, e quaisquer imigrantes que são questionados sobre as motivações de suas imigrações, tratados como indivíduos involuídos, de origem duvidosa ou incerta.

Ao mesmo tempo, Nascentes, ao adaptar a teoria da Filologia Românica ao contexto brasileiro, incorreu em um anacronismo por comparar contextos tão diversos como o império romano, Portugal no século XVI e o Brasil em 1922 em uma linha do tempo. Ainda que possamos fazer essa descrição histórica, não houve uma linearidade nesse processo, que foi simplificado em um modelo pelo filólogo carioca de acordo com os recursos de que dispunha. Certamente, a colonização do Brasil por Portugal, entre 1534 e 1822, teve no império romano um de seus modelos, mas a distância temporal impede que fenômenos da época de Júlio César e Cícero tenham chegado diretamente ao Brasil. Houve uma influência do pensamento romano na colonização pela via dos textos em latim e da gramática latina, afinal a língua latina era uma língua de cultura em Portugal até o final do século XVIII, principalmente por conta da intelectualidade das ordens religiosas. O modelo apresentado por Nascentes, muito simplificado, parece-nos antes buscar inserir o Brasil no mundo das línguas românicas,

afirmando que a língua nacional era mais do que o dialeto brasileiro do período colonial: era antes o português do Brasil. Se o Brasil é ou não legítimo herdeiro do império romano, isso se torna mais uma questão ideológica e simbólica do que factual, mas que era importante para reduzir as assimetrias com o contexto europeu, que reivindicava para si a vinculação com a Roma antiga como um argumento.

Por fim, o tom panfletário e ufanista se segue na argumentação do filólogo carioca, que apresenta um cunho nacionalista e mesmo xenofóbico em seu pensamento, algo recorrente em sua época e contrário aos ideais contemporâneos democráticos de pluralidade e de autonomia dos povos, mesmo quando imigrantes: “Apesar da constante imigração portuguesa, apesar do constante intercâmbio literário entre Portugal e Brasil, nada pode deter a nossa marcha” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). A constante imigração portuguesa e o intercâmbio literário entre Portugal e Brasil eram vistos pelo filólogo carioca nos anos 1922 como um impedimento e obstáculos para a “evolução” da língua, em uma analogia com a própria formação de Portugal que “como a península ibérica prosseguiu a sua depois do desmembramento do império romano” (Nascentes, 2023 [1922], p. 13). Note-se que, nessa argumentação, o imigrante português, recém-chegado ao Brasil, falante de uma variedade diversa da língua portuguesa da que era então empregada no Rio de Janeiro era considerado um entrave, um falante não-evoluído, sendo também uma possível vítima de discriminação a pretexto linguístico, ou seja, de glotofobia, entre os anos 1901 e 1930. O texto de Nascentes registra esse processo, ainda que de forma diversa de como a glotofobia é registrada em Portugal quanto a imigrantes brasileiros, entre 2019 e 2023. Todavia, o processo de rejeição do outro ocorre de modo muito semelhante.

2. O capítulo de fonologia de *O Linguajar Carioca*

No texto de Nascentes, o capítulo de fonologia é o que apresenta as maiores diferenças e divergências entre a língua de Portugal, dos imigrantes, e o linguajar carioca propriamente dito. A principal referência para o capítulo de fonologia da obra de Nascentes é o texto *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, escrito em francês por Leite de Vasconcelos (1901), em que o filólogo português comenta algumas diferenças entre a fala dos brasileiros e dos portugueses. Esse texto do filólogo europeu é o ponto de partida para as reflexões do filólogo carioca. Em sua teorização, há uma certa confusão entre o que seria a referência ao linguajar carioca e à pronúncia brasileira, com muitas vezes a língua nacional sendo tomada como a língua do Rio de Janeiro, algo que acreditamos ser intencional. O capítulo de fonologia trata do fonema como unidade, e o fato linguístico que comprova que no Brasil e em Portugal se fala a mesma língua é o conjunto de fonemas, e o que distingue as variedades linguísticas é a “pronúncia” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20).

Por não haver ainda no pensamento linguístico brasileiro uma notação fonológica mais precisa, Nascentes busca reproduzir a fala adotando uma ortografia adaptada, que reflita a diferença de pronúncias entre os falantes do Rio de Janeiro e os falantes de Portugal. Não há a apresentação de um método descritivo com rigor técnico, mas antes uma aproximação empírica, muito provavelmente colhida do convívio com os imigrantes portugueses no Rio de Janeiro de sua época, o que também apresenta uma visão estereotipada da fala dos imigrantes.

A visão da fonologia de Nascentes na época era constituída sob uma generalização de base empírica, mas bem compreensível para os linguistas contemporâneos, como se pode notar no trecho a seguir, sendo inclusive uma notação possível de ser compreendida pelo público leigo. Ainda que apresentasse um certo improvisado em seu modelo fonológico, e uma visão discriminatória das variações, a técnica descritiva era razoavelmente eficiente no registro dos fenômenos da fala, a ponto de ainda serem compreendidas contemporaneamente:

O traço que caracteriza de um modo geral a pronúncia carioca é o mesmo que distingue a de todo o Brasil: há mais frouxidão, demora, sonoridade (Alfredo Gomes), suavidade (Julio Nogueira) do que na pronúncia de Portugal. “A pronúncia brasileira, comparada com a nossa, diz Leite de Vasconcellos, tem algo de arrastado”. Os fonemas são por assim dizer os mesmos de Portugal; não houve criação de fonema novo algum. Pelo contrário, alguns fonemas dialetais portugueses não se encontram no Brasil. VOGAIS – Em relação à quantidade vocálica, observemos que, como em todo o Brasil, no Rio de Janeiro não há o e brevíssimo que existe em Portugal com valor parecido ao do e mudo francês: querer = quêrê (R.J.), qu’rer (P); dente = denti (R.J.), dent’ (P) (Nascentes, 2023 [1922], p. 20).

Note-se que, para Nascentes, a “pronúncia carioca” poderia ser considerada uma pronúncia geral para todo o Brasil, isto é, era o padrão do “dialeto brasileiro” e, por conseguinte, da “língua nacional”: “O traço que caracteriza de um modo geral a pronúncia carioca é o mesmo que distingue a de todo o Brasil” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). O “linguajar carioca” seria uma pronúncia modelar para todos os brasileiros, seria, de certo modo, a variedade padrão ou normatizada para Nascentes, pois era ao mesmo tempo a pronúncia do Distrito Federal, da capital do Brasil (Faraco, 2008). Para confirmar essa hipótese, há a citação de outros dois filólogos sobre a pronúncia, isto é, a prosódia da fala no Brasil: “há mais frouxidão, demora, sonoridade (Alfredo Gomes), suavidade (Júlio Nogueira) do que na pronúncia de Portugal” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). Com conceitos subjetivos, inclusive alguns de conotação pejorativa, como “frouxidão”, “demora”, “sonoridade”, de acordo com Alfredo Gomes, e “suavidade”, de acordo com Júlio Nogueira, se comparava a fala no Brasil com a pronúncia de Portugal. Por fim, há a referência a Leite de Vasconcellos, o mais prestigiado entre os filólogos portugueses à época de Nascentes, que apresenta também um viés de conotação negativa e mesmo glotofóbica, com a conceituação de uma fala com “algo de arrastado”: “A pronúncia brasileira, comparada com a nossa, diz Leite de Vasconcellos, tem algo de arrastado” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). Note-se que Leite de Vasconcellos cita uma “pronúncia brasileira”, enquanto Antenor Nascentes teoriza uma “pronúncia carioca”.

O argumento central para se referir ao fato de que as duas línguas portuguesas, a de Portugal e a do Brasil, são uma só língua é o quadro de fonemas, como supracitado: “Os fonemas são por assim dizer os mesmos de Portugal; não houve criação de fonema novo algum” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). Isso respaldava também a visão de que o português do Brasil era apenas uma forma de variedade da língua de Portugal, ou dialeto na perspectiva assimétrica portuguesa, pelo fato de que o Brasil só alterou a pronúncia da língua, ou a dialetou, em relação aos aspectos fônicos, o que era percebido como uma pronúncia incorreta para os gramáticos portugueses antes da Filologia Românica. Essa percepção manteve-se no imaginário social dos portugueses que até hoje corrigem os brasileiros quando falam. Assim, para a Filologia Românica a descrição fonológica do português é uma só, e ainda válida em ambos os contextos linguísticos, pelo fato de que o processo de variação fônica se concentra somente no domínio da pronúncia, ou da prosódia. Nascentes registra, inclusive, algumas variantes linguísticas diatópicas registradas no território de Portugal ao longo de toda

a sua obra, e cita: “Pelo contrário, alguns fonemas dialetais portugueses não se encontram no Brasil” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20), isto é, o “dialeto brasileiro” não deriva de modo algum das variedades dialetais portuguesas, como o mirandês estudado por Leite de Vasconcelos, mas antes da língua de Lisboa, e apresenta essa realidade como um dado empírico inclusive para validar a variedade dialetal brasileira, como fruto de um processo de variação da língua portuguesa, enquanto busca atestar uma relação histórica mais simétrica entre os dois contextos, Portugal e Brasil, o que não ocorria na Filologia Românica de Portugal.

A técnica descritiva de contraste adotada por Nascentes é muito interessante inclusive para leitores contemporâneos, sendo um método didático e compreensível inclusive por leigos, dados os meios que o filólogo carioca possuía em seu contexto. Nascentes buscou popularizar a Filologia Românica em sua época para um público que não era habituado a desenvolver discussões sobre esse campo de pesquisas, o leitor comum e interessado, levando o tema até o debate público. Há um comentário fundamental em sua obra que pode demonstrar uma das causas da diferença entre o “linguajar carioca”, sobretudo pelo contraste na pronúncia carioca com a língua dos imigrantes de Portugal, um comentário que não foi muito aprofundado, mas suscita um processo histórico de contato da “língua nacional” com outras línguas românicas: “VOGAIS – Em relação à quantidade vocálica, observemos que, como em todo o Brasil, no Rio de Janeiro não há o e brevíssimo que existe em Portugal com valor parecido ao do e mudo francês” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). Em seguida apresenta alguns exemplos de contraste: “querer = quêrê (R.J.), qu’rer (P); dente = denti (R.J.), dent’ (P)” (Nascentes, 2023 [1922], p. 20). Essa vinculação da pronúncia do Rio de Janeiro com a pronúncia do francês não é de todo estranha, tendo em vista que o ensino de gramática francesa se tornou quase que obrigatório no Brasil desde a Independência, durante os primeiro e segundo reinados, sendo a língua mais comum da intelectualidade por mais de um século, sobretudo na capital do Brasil Império (Cavaliere, 2022); mas, esse tema não é aprofundado por Nascentes, que muito provavelmente foi influenciado pelo texto de Leite de Vasconcelos em francês.

3. O dialeto brasileiro, os subdialetos e os gringos

Para Nascentes, o “dialeto Brasileiro” apresentava também outras formas de variedades dialetais no território do Brasil, além da “pronúncia carioca”. Nota-se, então, que não só a migração de Portugal, mas também uma migração interna no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, já era objeto de atenção entre os filólogos. A dialetologia era a disciplina instrumental que servia para tratar esse fenômeno no contexto social e histórico da primeira República, em que o conceito de pronúncia era central para indicar as formas de variedade linguística e registrar as variantes dialetais, e por esse conceito é que Nascentes desenvolveu o pensamento de “subdialetos”. Não havia ainda uma percepção de conceitos de exclusão social e de preconceito linguístico, não estando no “horizonte de retrospectão” (Auroux, 1992) de Nascentes o conceito de glotofobia, por exemplo. Não podemos, entretanto, afirmar que as Ciências da Linguagem, sobretudo a Filologia Românica, desenvolveram o preconceito na sociedade, apenas refletiram um ideário comum a todas as ciências e ao senso-comum na época, sem ter o aparato crítico para perceber os fenômenos de discriminação a pretexto linguístico.

Dessa forma, Nascentes registrou não só o pensamento linguístico de sua época, mas também indiretamente uma possível discriminação xenofóbica da fala de portugueses e de outros imigrantes internos do Brasil no Rio de Janeiro da década de 1920. Seu pensamento linguístico é antes um registro de sua época, e sem ele não teríamos acesso a esse contexto histórico e social. A grande dificuldade de pesquisa com as fontes historiográficas está justamente em saber interpretá-las conforme o aparato crítico da Historiografia Linguística. Essa interpretação busca compreender o ideário linguístico, preservando a fonte documental, contudo sem tratar as fontes de modo anacrônico. Logo, o que para o leitor contemporâneo é um pensamento glotofóbico e até mesmo racista, à época do filólogo carioca era antes uma naturalização de um senso-comum predominante. Para Nascentes, a migração interna no Brasil poderia ser compreendida também como outra “causa etnológica”, pelo fato de que a língua se vinculava à “ordem etnológica” de um dado indivíduo. O “linguajar carioca” era mais que uma pronúncia, mas antes uma própria identidade cultural e individual, que demonstrava o lugar em que alguém nasceu ou passou a sua infância. Já o imigrante, seja de Portugal ou internamente do Brasil, poderia ser reconhecido pela sua pronúncia da “língua nacional”.

Essas “causas etnológicas” diversas eram os processos de migração de povos, o que diversificava no território do Brasil o “dialeto brasileiro”, derivado da “língua portuguesa”, mas afetado por pronúncias de contextos variados. Essa análise era o modo como o filólogo compreendia o processo de migração e de diáspora ocorrido na formação demográfica do Brasil e das variedades linguísticas. As diversas migrações e diásporas, internas e externas, geraram “subdialetos” estáveis no “português do Brasil”, segundo Nascentes (2023 [1922]). Esses subdialetos foram hierarquizados assimetricamente em relação ao “linguajar carioca”, o novo centro que criava novas periferias, como afirmou o filólogo carioca:

As causas etnológicas de alteração do português do Brasil: cumprem adicionar as que começaram a atuar no século XIX: a imigração italiana em S. Paulo, a polaca no Paraná e a alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. (Nascentes, 2023 [1922], p. 17).

Assim, de acordo com o modelo de Nascentes, além da influência indígena e africana na pronúncia do português transplantado pela colonização, e do francês no Rio de Janeiro, ocorreu também a imigração italiana em São Paulo, a polonesa no Paraná, e a alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Essas migrações europeias, que ocorreram no período do Brasil Império no século XIX, foram percebidas como um avanço social naquele contexto por uma ideologia de “embranquecimento” populacional da época, tendo sido outras “causas etnológicas” para a “alteração do português do Brasil”. A visão de Nascentes é bem generalista, como era o costume da Filologia Românica ao tratar dos povos e dos territórios. Pelo fato de essas migrações terem sido consideradas tardias, após a colonização e a Independência, eram consideradas em uma posição assimétrica em relação ao “linguajar carioca”, o que a dialetologia considerou posteriormente como regionalismos, conceito que ainda não aparece em sua obra.

Essas migrações acarretaram outras variações linguísticas, ou dialetalização, tendo o filólogo buscado descrever esse cenário complexo em subdialetos. Esses subdialetos foram divididos empiricamente em quatro por Nascentes, um esforço de sistematizar a “*Romania nova*” que era o Brasil:

Com os poucos dados que dispomos, mal podemos esboçar uma divisão do dialeto brasileiro. Talvez possamos admitir quatro subdialetos: o nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados

desde o Maranhão até a Bahia), o fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o sertanejo (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos estados litorâneos desde o Maranhão à Bahia) e o sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro) (Nascentes, 2023 [1922], p. 18).

Essa subdivisão partia do princípio de que a variedade carioca, o “subdialeto fluminense” tendia a ser o padrão do “dialeto brasileiro”, pelo seu *status* político de ser a variedade do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, a dialetologia avançava em uma época em que as primeiras transmissões de rádio se tornaram realidade no Brasil. Logo, a noção de regionalismo, pelo sotaque regional, era percebida não só pelas migrações internas no território, mas também por uma própria valorização dos regionalismos dentro do espírito de unidade nacional desse período histórico.

A presença do imigrante português nesse complexo cenário causava reações negativas e discriminatórias, inclusive a pretexto linguístico, a glotofobia, pelo fato de que o imigrante já encontrava uma sociedade linguisticamente hierarquizada, em que a pronúncia do Rio de Janeiro era a mais prestigiada. Como afirma Nascentes: “É palpável a diferença entre o falar cantado do nortista e o falar descansado do sulista” (Nascentes, 2023 [1922], p. 18), isto é, a sua observação empírica parte do pressuposto que o “falar” do Rio de Janeiro era o padrão, “o acento nacional (sotaque)” (Nascentes, 2023 [1922], p. 16).

Por fim, no vocabulário que está registrado na parte final da obra, Nascentes apresenta o item lexical “gringo” para se referir genericamente à pronúncia da língua nacional por estrangeiros: “Gringo - pessoa que fala com sotaque espanholado” (Nascentes, 2023 [1922], p. 75). O termo popular, ainda em uso no Brasil, é bem instigante por se referir à fala de possíveis imigrantes em processo de assimilação que são reconhecidos por um “sotaque espanholado”, segundo o filólogo carioca. Nesse contexto de discussão, o termo “gringo” pode sugerir um indivíduo que sofreria a discriminação a pretexto linguístico, ou seja, a glotofobia, mesmo que sem as conotações da discriminação racial. Esse é um tema que carece de maior aprofundamento, merecendo um estudo a parte sobre o emprego de termos pejorativos para rotular as diferenças linguísticas entre indivíduos: afinal, os portugueses não eram comumente rotulados como gringos, por exemplo. Atualmente, em Portugal, os brasileiros são rotulados e discriminados genericamente sob outro rótulo pejorativo, o termo “zuca”, de “brazuca”, um termo de conotação racista e glotofóbica, pois se identifica um zuca pela aparência, sua origem e, principalmente, pela fala, como um imigrante que não consegue se expressar corretamente em língua portuguesa.

4. Conclusão: em cem anos, muitas migrações e poucas mudanças

O artigo buscou demonstrar com um estudo introdutório a temática da glotofobia em perspectiva historiográfica. O intuito não é esgotar o tema, mas buscar integrar as discussões sobre pautas raciais e discriminação a pretexto linguístico no âmbito dos estudos de Historiografia Linguística. Ainda que as conclusões sejam parciais, e o texto busque refletir uma tentativa de análise, pareceu-nos que a obra de Nascentes reflete um fenômeno recorrente no contexto luso-brasileiro, sobretudo quando exposto a migrações massivas. A importância desse tipo de estudo está na busca de conscientização crítica da sociedade, assim como da comunidade de linguistas para um fenômeno social e linguístico pertinente ao

debate sobre imigração e inclusão social. A recorrência histórica da glotofobia demonstra que a percepção dos imigrantes ainda é um tabu social, e mesmo com o avanço tecnológico de nossa época, são necessárias reflexões sobre os contextos sociais e históricos em que ocorrem as interações linguísticas.

A discriminação a pretexto linguístico é um fenômeno sociolinguístico histórico e global, que também foi debatido no Brasil sob o rótulo mais genérico de “preconceito linguístico” (Bagno, 1999), uma noção que já está arraigada no imaginário social e ideário linguístico dos estudantes de Letras e Linguística do Brasil. Todavia, a reflexão histórica sobre esse processo ainda está sendo organizada de modo muito incipiente. Com nosso artigo, buscamos contribuir com esse debate, ainda que a pesquisa esteja em uma fase de apresentação de resultados parciais. As relações históricas e sociais são imanentes, afetando o nosso cotidiano até os dias de hoje, e a mudança de pensamento só é possível com a reflexão crítica, algo que a Historiografia Linguística pode permitir ao interpretar documentos textuais históricos.

No artigo, analisamos a questão da glotofobia em Portugal e no Brasil, e buscamos demonstrar que esse fenômeno não é uma novidade historicamente. Parece-nos à primeira vista que é uma herança do período colonial, reforçada em outros períodos históricos por migrações sucessivas. Em nossa época contemporânea, com as mudanças climáticas e a crise do capitalismo neoliberal, as migrações e diásporas se tornaram mais intensas. Isso acarreta como efeito a retomada de nacionalismos e o incremento da xenofobia. A diversidade linguística, percebida sob uma perspectiva de discriminação, se torna um entrave, um problema social, em que o imigrante se converte em vítima de uma sociedade que busca silenciar as diferenças e estigmatizar a pluralidade. Antenor Nascentes foi preciso em registrar o pensamento linguístico de sua época, com todas as contradições históricas e sociais na construção de um português do Brasil.

Por fim, para os estudos de Linguística Românica, ou Linguística Histórica, a área que herdou os antigos estudos de Filologia Românica e de Dialetoлогия no Brasil, o estudo sobre esses processos de migração e de contato de línguas revelam a dinâmica das línguas românicas, sua constante atualização e mudanças ao longo do processo histórico, como representantes de povos diversos em constante deslocamento sobre territórios. A diversidade linguística é um fato incontestável, mas a forma como as nossas sociedades lidam com esse fato linguístico é um tema que carece de maior aprofundamento nas sociedades que empregam as línguas portuguesas em seus territórios. A Historiografia Linguística pode ser um instrumento de reflexões críticas que nos auxilie também a superar o pensamento linguístico embasado em práticas racistas e glotofóbicas.

Agradecimentos: Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio, no âmbito do projeto “Estudos anchietanos no século XXI e a Década Internacional das Línguas Indígenas (UNESCO, 2022–2032): interfaces entre a política e a historiografia linguística” (código: e-26/204.315/2024).

Conflito de Interesses: O autor declara não haver conflito de interesses.

Declaração de Disponibilidade de Dados: Trata-se de um estudo historiográfico/documental interpretativo, logo não houve geração de novo conjunto de dados

e não houve uso de código analítico. As fontes analisadas são públicas e estão identificadas no manuscrito, sendo a fonte principal a edição da obra o *Linguajar Carioca* de Nascentes: NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922**. Organização Marcelo Rocha Barros Gonçalves, Roberto Leiser Baronas. Araraquara: Letraria, 2023 [1922], disponível na seguinte URL: <https://www.letraria.net/o-linguajar-carioca-em-1922/>. Não há material complementar que favoreça a verificabilidade do percurso analítico, assim como não há um pacote complementar de dados.

Declaração de Uso de IA: O autor declara que nenhuma ferramenta de IA foi utilizada na criação deste manuscrito nem em qualquer aspecto dos trabalhos realizados cujo resultado está reportado no manuscrito.

Financiamento: Bolsa de auxílio de bancada “Cientista Nosso Estado” (CNE) da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ. Processo n. e-26/204.315/2024.

Link para Preprint (DOI): <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15107>.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Uma história da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAPTISTONE, Shirlei. Glotofobia, fenômeno de estigmatização social: entrevista com Philippe Blanchet. **Cadernos de Letras UFF**, Niterói, v.32, n.62, p.13-22, 1º semestre de 2021. DOI: 10.22409/cadlettrasuff.v32i62. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/issue/view/2208>. Acesso em: 18 abril 2026.

BASSETTO, Bruno. **Introdução à Filologia Românica**. São Paulo: EdUSP, 2013; 2016.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, Ronaldo (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 81-114.

BLANCHET, Phillipe. **Discriminations : combattre la glottophobie**. Paris: Textuel, 2016.

CALVET, Louis. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil – século XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

EVARISTO, Jefferson. Pode uma língua pluricêntrica ser unificada? : Sobre o Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 17, p. e1746, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-46. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/69815>. Acesso em: 2 abril 2026.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

KOERNER, Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trad. Cristina Altman et al. Braga: Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014.

LAGARES, Xoán. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n.8 (supl.), p. 49-90, 1974.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Comunidades brasileiras no exterior - Ano-base 2023**. Brasília: MRE, 2024.

NASCENTES, Antenor. **O Linguajar Carioca em 1922**. Organização Marcelo Rocha Barros Gonçalves, Roberto Leiser Baronas. Araraquara: Letraria, 2023 [1922]. Disponível em: <https://www.letraria.net/o-linguajar-carioca-em-1922/>. Acesso em 20 março 2026.

RIBEIRO, J. C.; ANJOS NETO, J.; SILVA, L. A educação no encontro das diferenças: os brasileiros em Portugal. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1062–1078, 2021. DOI: 10.12957/riae.2021.63453. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63453> Acesso em: 21 março 2026.

ROCHA, Alda. “Eu falo português, você fala brasileiro”: uma língua com múltiplas variedades, falada por milhões, ainda motiva discriminação. **Expresso**, Lisboa, 10 junho 2025. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2025-06-10-eu-falo-portugues-voce-fala-brasileiro-uma-lingua-com-multiplas-variedades-falada-por-milhoes-ainda-motiva-discriminacao-70afefd0>. Acesso em 25 julho 2025.

SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. N. B. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.53577>. Acesso em: 20 março 2026.

SWIGGERS, Pierre. “Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas”. *In*: ALTMAN, Cristina *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

SWIGGERS, Pierre. Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010. Recuperado de <https://revistas.gel.org.br/rq/article/view/61>. Acesso em: 20 março 2026.

VASCONCELOS, Leite de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Paris: Aillaud & Co., 1901.

WHITNEY, William Dwight. **La Vie du langage**. Paris: Germer Baillière, 1880.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.